

## ***Reflexões sobre formação de formadores para o PROEJA: o caso do Instituto Federal de Santa Catarina***

*Ivanir Ribeiro\**

*Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin\*\**

*Paula Alves de Aguiar\*\*\**

### ***Resumo***

Este artigo apresenta um recorte de pesquisa realizada em 2012, que analisou os cursos de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, ofertados pelo Instituto Federal de Educação de Santa Catarina – IFSC, especificamente no que se refere à formação de professores. Além dos resultados dessa investigação, discutimos como tem se desenvolvido a oferta dos cursos de Especialização PROEJA no IFSC, desde sua implantação até o momento atual, visando tecer considerações que contribuam para reflexões que possibilitem o aperfeiçoamento da formação de educadores para atuar no PROEJA e na EJA e, que atendam as necessidades vivenciadas por esses profissionais no cotidiano escolar.

**Palavras-chave:** Formação de professores. PROEJA. IFSC.

\* Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: ivanirpsi@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0002-0377-1666>. Bolsista do Programa UNIEDU Pós-Graduação.

\*\* Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: herminialaffin@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0002-4562-308X>.

\*\*\* Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. E-mail: paula.aguiar@ifsc.edu.br. <http://orcid.org/0000-0003-0776-9472>.

## ***Reflexiones sobre formación de formadores para el PROEJA: el caso del Instituto Federal de Santa Catarina***

### *Resumén*

Este artículo presenta un recorte de encuesta realizada en 2012, que analizó los cursos de Especialización en Educación Profesional Integrada a la Educación Básica en la modalidad de Educación de Jóvenes y Adultos - PROEJA, ofertados por el Instituto Federal de Educación de Santa Catarina - IFSC, que se refiere a la formación de profesores. Además de los resultados de esta investigación, discutimos cómo se ha desarrollado la oferta de los cursos de Especialización Proeja en el IFSC, desde su implantación hasta el momento actual, visando tejer consideraciones que contribuyan a reflexiones que posibiliten el perfeccionamiento de la formación de educadores para actuar en PROEJA y en la EJA y, que atiendan las necesidades vivenciadas por esos profesionales en el cotidiano escolar.

**Palabras-clave:** formación de profesores. PROEJA. IFSC.

## ***Reflections on the training of trainers for PROEJA: the case of the Federal Institute of Santa Catarina***

### *Abstract*

This article presents a part of research carried out in 2012, which analyzed the Specialization courses in Integrated Professional Education for Basic Education in the Young and Adult Education Mode - PROEJA, offered by the Federal Institute of Education of Santa Catarina - IFSC, specifically in the which refers to teacher training. In addition to the results of this research, we discuss how the Provisional Specialization courses at the IFSC have developed since its implementation until the present moment, aiming to make considerations that contribute to reflections that enable the improvement of the training of educators to work in PROEJA and in the EJA and that meet the needs experienced by these professionals in school everyday.

**Key-words:** Teacher training. PROEJA. IFSC.

## Introdução

A Educação de Jovens e Adultos – EJA vem se constituindo, no Brasil, como aponta Arroyo (2007), em um campo específico de educação. Segundo o autor, alguns indicadores (políticas públicas, formação de educadores, produção teórica e intervenção pedagógica) têm demonstrado a configuração dessa modalidade de ensino como sendo de responsabilidade do Estado e não mais apenas de iniciativa dos movimentos sociais, implementadas via políticas de suplência e assistência. Também a sociedade e seus diversos atores têm se mostrado mais sensíveis aos direitos dos jovens e adultos à educação, a exemplo das universidades e dos centros de pesquisa e de formação que têm, cada vez mais, assumido os jovens e adultos em seus processos de pesquisa e reflexão teórica.

Buscando compreender como tem ocorrido a configuração desse campo, mais especificamente a formação de professores para atuarem no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA, este texto tem como objetivo analisar o desenvolvimento dos cursos de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos ofertados pelo Instituto Federal de Educação de Santa Catarina – IFSC.

Os dados discutidos neste trabalho são um recorte da pesquisa de Ribeiro (2012), em que investigou o PROEJA no IFSC, almejando identificar os limites e possibilidades na formação de educadores para atuar nesse programa. A pesquisa baseou-se na análise dos dados de um questionário, composto por 12 questões abertas e fechadas, aplicado por meio do software livre *Limesurve*<sup>1</sup> que procurou identificar a percepção dos estudantes que frequentavam o curso de Especialização PROEJA, naquele período, em cinco campi do IFSC<sup>2</sup>. As questões se relacionavam a aspectos tais como: a esfera em que atuavam; o interesse por participar do curso e se ele correspondia às expectativas de formação; a percepção sobre a proposta curricular; e as dificuldades encontradas no decorrer do curso, visando identificar aspectos da organização curricular e das questões didáticas pedagógicas.

Utilizou-se como procedimentos metodológicos a abordagem quantitativa e qualitativa por sua complementaridade. A primeira, devido à abrangência da pesquisa, já que os estudantes que frequentavam o curso de especialização eram oriundos de cinco campi do Estado, localizados em cidades distantes. A segunda, por permitir maior aprofundamento na compreensão do fenômeno estudado. Tal procedimento nos forneceu uma amostra mais abrangente do grupo pesquisado, além de nos possibilitar uma análise mais particularizada da percepção dos estudantes sobre alguns aspectos do curso, já que parte do questionário consistiu de questões descritivas. A participação na pesquisa foi voluntária e deu-se a partir de e-mail convite enviado pela coordenação geral a todos os estudantes do curso de especialização. O questionário permaneceu aberto para resposta

1 Não houve identificação dos entrevistados, fato que, em nosso entendimento, possibilitou aos estudantes que expressassem mais livremente suas opiniões a respeito do curso.

2 Campi Araranguá, Chapecó, Florianópolis Continente, Jaraguá do Sul e Joinville.



nos meses de julho e agosto de 2011. Dos 153<sup>3</sup> estudantes matriculados no curso, nesse período, 66 responderam o questionário, ou seja, 43%, sendo esse total distribuído de forma equânime entre os campi, representando um número de 11 a 14 participantes por campi. Considera-se, assim, que as respostas dos estudantes nos deu um panorama geral de suas percepções sobre o curso.

Além dos resultados dessa investigação, este artigo apresenta dados gerais das ofertas do curso de especialização PROEJA do IFSC, visando tecer considerações que contribuam para reflexões que possibilitem o aperfeiçoamento da formação de educadores para atuar no PROEJA e na EJA, e que atendam as necessidades vivenciadas por esses profissionais no cotidiano escolar. Para possibilitar esse debate, faremos uma breve discussão sobre como ocorreu a articulação entre a Educação Profissional – EP e a Educação de Jovens e Adultos no Brasil e, como tem se desenvolvido a oferta desses cursos no IFSC.

### ***1. A articulação entre a Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos***

Historicamente, como destacam Machado e Oliveira (2010), a EJA e a EP se constituíram como realidades e campos distintos no âmbito da educação brasileira, embora lidem com sujeitos que vivem do trabalho e que se veem, crescentemente, excluídos do mercado de trabalho, dado o desemprego estrutural e as crescentes exigências de qualificação.

Enquanto a EP se preocupava com a qualificação de trabalhadores para as constantes alterações no mundo do trabalho, a EJA buscava atender aos que não tiveram acesso à EB na “idade própria” ou mesmo que não chegaram a se alfabetizar, muitas vezes por meio de práticas equivocadas e que pouco contribuíram para uma formação cidadã. Assim, era como se a elevação da escolarização, por meio da EJA, não dissesse respeito à elevação da qualificação de jovens e adultos trabalhadores (MACHADO; OLIVEIRA, 2010, p. 8).

Uma mudança significativa na formação profissional de jovens e adultos no Brasil ocorreu com a aproximação entre essas duas modalidades de ensino no contexto das políticas dos últimos anos. Esse processo teve início com a aprovação do Decreto n. 5.154 de 2004, que possibilitou a oferta de educação profissional integrada à educação básica<sup>4</sup>, resultando daí os decretos de criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos – PROEJA (Decreto n. 5.478/2005 e Decreto n. 5.840/2006).

O PROEJA tem sua convergência em três campos da educação: a formação para atuação no mundo do trabalho (EPT); as especificidades da educação dos sujeitos jovens e adultos (EJA) e; a formação para o exercício da cidadania (Educação Básica) (BRASIL, 2007). Desse modo demonstra-se a preocupação em romper com a fragmentação entre

3 A matrícula inicial foi de 179 estudantes, mas durante o transcorrer do curso, 26 desistiram. No momento da realização da pesquisa, havia 153 estudantes matriculados na Especialização PROEJA.

4 O Decreto n. 5.154/2004 revogou o Decreto n. 2.208/1997, instituído no governo Fernando Henrique Cardoso, que separava formalmente o ensino técnico da formação geral e básica, reforçando a dicotomia histórica entre formação profissional e educação geral.



educação básica e educação profissional, promovendo sua construção de forma integrada, ou seja, em uma perspectiva de escola unitária. Essa perspectiva foi reforçada pela Resolução nº. 3, de 15 de junho de 2010<sup>5</sup>, que destaca:

Art. 12. A Educação de Jovens e Adultos e o ensino regular sequencial para os adolescentes com defasagem idade-série devem estar inseridos na concepção de escola **unitária e politécnica**, garantindo a integração dessas facetas educacionais em todo seu percurso escolar, como consignado nos artigos 39 e 40 da Lei nº 9.394/96 e na Lei nº 11.741/2008, com a ampliação de experiências tais como os programas PROEJA e PROJOVEM e com o incentivo institucional para a adoção de novas experiências pedagógicas, promovendo tanto a Educação Profissional quanto a elevação dos níveis de escolaridade dos trabalhadores. (BRASIL, 2010, grifos acrescentados).

Tanto a Resolução n. 3 quanto o PROEJA apresentam uma concepção de escola unitária e politécnica. Segundo Ramos (2010), essa concepção de formação humana preconiza a integração de todas as dimensões da vida: trabalho, ciência e cultura – no processo formativo. Ainda, segundo essa mesma autora, o horizonte de formação, fundamentada nessa perspectiva, é a formação politécnica e omnilateral dos trabalhadores, a qual busca oportunizar a conscientização sobre o processo histórico e contraditório implicado nas relações de trabalho.

Com essa concepção busca-se superar a fragmentação entre trabalho manual e intelectual, visando uma formação humana integral, que abarque todas as dimensões da vida que estruturam a prática social do ser humano. Toma-se assim, o trabalho como princípio educativo, como processo de objetivação humana inerente ao ser e fundamental para as mediações das suas relações com a realidade material e social (LAFFIN et al., 2015).

Sobre o conceito de politecnia, Saviani (1989, p. 17) assim o define:

[...] diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas, que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Diz respeito aos fundamentos e a formação das diferentes modalidades de trabalho. Politecnia, nesse sentido, baseia-se em determinados princípios, determinados fundamentos e a formação politécnica deve garantir o domínio desses princípios, desses fundamentos.

Parte-se do princípio de que com o domínio desses fundamentos, o trabalhador poderá desenvolver seu trabalho (manual e intelectual), com a compreensão de sua essência, pois almeja-se a formação do ser humano integral a partir da articulação entre educação, trabalho, ciência, tecnologia e cultura. Busca-se que a realidade seja vista de forma integral, não por conhecimentos estanques e fragmentados, possibilitando assim, a transformação da realidade.

<sup>5</sup> Institui as Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.



Nesse contexto, o trabalho constitui-se uma forma histórica do homem em sociedade, pois ele se humaniza, se cria, se expande e se aperfeiçoa na ação sobre a natureza. O trabalho é a base estruturante de um novo tipo de ser, de uma nova concepção de história (FRIGOTTO, 1980).

O trabalho como princípio educativo, para Saviani (2003), assume três sentidos: 1) determina o modo de ser da educação em seu conjunto no contexto dos modos de produção da sociedade; 2) situa exigências conforme as especificidades vigentes para esse trabalho; 3) aponta para a educação como forma específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico. Nesse sentido, a compreensão educativa assumida pelo PROEJA pressupõe um projeto de educação de jovens e adultos que busque atender os sujeitos sociais e trabalhadores mediante o reconhecimento do trabalho como princípio educativo: “primeiro por sua característica ontológica e, a partir disto, na sua especificidade histórica, o que inclui o enfrentamento das instabilidades do mundo contemporâneo” (FRIGOTTO et al., 2005, p. 12).

Os cursos do PROEJA, portanto, apontam para uma preocupação em promover a integração entre educação básica e educação profissional, promovendo-a de forma integrada:

A respeito da organização curricular, considera-se que a Educação de Jovens e Adultos abre possibilidades de superação de modelos curriculares tradicionais, disciplinares e rígidos. A desconstrução e construção de modelos curriculares e metodológicos, observando as necessidades de contextualização frente à realidade do educando, promovem a ressignificação de seu cotidiano. No documento base do PROEJA (BRASIL, 2007) essa concepção permite a abordagem de conteúdos e práticas inter e transdisciplinares, a utilização de metodologias dinâmicas, promovendo a valorização dos saberes adquiridos em espaços de educação não-formal, além do respeito à diversidade (LAFFIN e SIQUEIRA, 2011)

Ao assumir a proposta de currículo integrado na perspectiva politécnica e omnilateral, incorpora-se a análise de se relacionar a integração das dimensões da vida ao processo educativo e, também define os fins da educação escolar, tomando como referência as necessidades de formação humana. Assim, a escolarização de sujeitos jovens trabalhadores objetiva aos sujeitos compreender a realidade social e a do mundo do trabalho:

[...] para além da aparência e, assim, o desenvolvimento de condições para transformá-la em benefício das suas necessidades de classe. Essa proposta integra, ainda, formação geral, técnica e política, sendo o trabalho como princípio educativo. Desse princípio, que se torna eixo epistemológico e ético político de organização curricular, decorrente os outros dois eixos do ‘currículo integrado’ a saber: a ciência e a cultura (RAMOS, 2009, p.78).

Desse modo, pensar na educação de jovens e adultos trabalhadores é pensar uma organização curricular a partir da compreensão da formação humana, do mundo do trabalho, a ciência e a cultura na busca de integração de todas as dimensões da vida.

O documento base do PROEJA, elaborado pelo Ministério da Educação, tanto para o ensino médio quanto para o fundamental, reforça a necessidade de se cumprir o du-



plo objetivo de propiciar aos estudantes jovens e adultos a elevação da escolaridade e a formação profissional. Almeja-se, assim, contribuir para a melhoria das condições de inserção social, econômica, política e cultural de jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental e/ou médio.

No entanto, muito ainda há a avançar. Em relação à instituição aqui em análise, o compromisso assumido pelo IFSC na garantia de, no mínimo, 10% de sua oferta com cursos PROEJA, prerrogativa essa expressa no Decreto Federal nº 5.840/06 e no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI do IFSC, ainda não foi alcançado<sup>6</sup>. Muito mais distante se está, ainda, do que preconiza a Meta 10 do Plano Nacional de Educação – PNE que prevê a oferta de, no mínimo, 25% das matrículas de EJA, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à EP, até 2024.

Na contramão das propostas de ampliação da oferta de PROEJA, vimos que o percentual de matrícula nessa modalidade de ensino vem caindo nos últimos anos, mesmo com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, que ampliou a possibilidade de financiamento de programas de EJA, tal como apontam os dados do censo escolar, disponíveis no Observatório do PNE. Em 2014, o número de matrícula de jovens e adultos no ensino fundamental integrado à EP foi de 0,4% e no ensino médio integrado à EP foi de 3,3%. Portanto, os números estão bem abaixo do que prevê a meta 10 do PNE.

Lima Filho (2010) destaca que para a construção do PROEJA se colocam desafios políticos, epistemológicos, pedagógicos e infraestruturais. É necessário enfrentar os obstáculos históricos que se interpõem à concretização do direito de escolarização desses jovens e adultos na sociedade brasileira. Não menos importante é o enfrentamento dos obstáculos referentes à disponibilização e adequação de recursos apropriados ao atendimento da demanda. Outra questão que se coloca são os desafios epistemológicos e pedagógicos para dar conta da formação profissional e da elevação da escolarização, já que a EJA, historicamente, esteve voltada prioritariamente ao atendimento em nível fundamental.

Para tanto, é necessário incidir na construção de conhecimentos, práticas pedagógicas e metodológicas para atender à integração entre essas distintas modalidades educacionais. Isso implica, necessariamente, em uma formação consistente dos profissionais que trabalham com o PROEJA, como as propostas de especializações em PROEJA ofertadas pelo IFSC, as quais almejam, conforme apontado nos projetos pedagógicos do curso, contribuir para o movimento de renovação curricular e do pensar e fazer docente na instituição e nas redes estaduais e municipais de ensino das regiões atendidas pelas ofertas desses cursos.

6 Em 2016, o percentual de oferta de cursos PROEJA no IFSC foi de 4,74% (cf. dados obtidos junto a Pró-Reitoria de Ensino do IFSC).



## 2. A experiência da especialização PROEJA no IFSC

A política do Ministério da Educação para a formação de formadores para atuarem no PROEJA, prevista pelo Documento Base do PROEJA, estabelece a atuação em duas frentes. Uma deverá estar sob a responsabilidade das instituições proponentes, tendo em seu plano de trabalho, a formação continuada. A outra, sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC/MEC, como gestora nacional do programa, que tem como atribuição sistematizar programas especiais de formação de formadores e de pesquisa em EJA, por meio de oferta de Programa de Especialização em Educação de Jovens e Adultos; de articulação institucional com vistas à oferta de cursos de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado e de fomento a pesquisas em EJA, ensino básico e EP (BRASIL, 2007).

O fomento à oferta de cursos de Especialização PROEJA no Brasil, em nível de pós-graduação *lato sensu*, teve início em 2006, ocorreu juntamente com a implantação dos cursos PROEJA e tinha como finalidade construir um quadro de referência e sistematizar concepções e práticas político-pedagógicas e metodológicas que orientassem a implantação, a implementação e o monitoramento do Programa, garantindo a elaboração do planejamento das atividades do curso, a avaliação permanente do processo pedagógico e a socialização das experiências vivenciadas pelas turmas (BRASIL, 2007).

O Curso de Especialização PROEJA surgiu, desse modo, para atender ao objetivo de preparar profissionais para a educação inclusiva de jovens e adultos que, por suas singularidades históricas, culturais e sociais, necessitam de estratégias de ensino específicas. Visava-se construir um quadro de referência e sistematizar concepções e práticas político-pedagógicas e metodológicas que orientassem o processo educacional no PROEJA (BRASIL, 2007).

No IFSC, o Curso de Especialização PROEJA foi implantado ainda em 2006, sendo ofertadas, naquele ano, 132 vagas, distribuídas em três turmas, todas vinculadas ao campus Florianópolis<sup>7</sup>. Em 2007, foram ofertadas 105 vagas distribuídas entre os campi de Chapecó, Joinville e São José, caracterizando, assim, o início da descentralização do curso. Buscava-se, com essa nova estrutura, maior abrangência na oferta das vagas, possibilitando acesso à formação aos profissionais que residiam em locais distantes da capital.

Em sua 3ª edição, ocorrida em 2009<sup>8</sup>, a Especialização PROEJA se estendeu aos campi de Araranguá, Florianópolis-Continente, Chapecó, Jaraguá do Sul e Joinville, com oferta de 175 vagas. Nessa 3ª edição, foi adotada uma nova metodologia de ensino, em que 20% da carga horária de cada Unidade Curricular foi desenvolvida a distância, utilizando-se a plataforma *Moodle*.

Em 2010, ocorreu a última edição do curso de Especialização PROEJA na forma presencial, experiência esta da qual decorre os dados analisados neste texto. Nessa edição, manteve-se basicamente a mesma estrutura, com a oferta de 175 vagas, distribuídas entre os mesmos campi nos quais a oferta já havia ocorrido em 2009.

7 Atualmente o IFSC possui 22 campi distribuídos em diferentes regiões do estado.

8 Em 2008, não houve oferta do curso de Especialização PROEJA. No entanto, ocorreu uma formação continuada direcionada aos profissionais do IFSC. Os encontros aconteciam semanalmente e as aulas eram transmitidas, através de videoconferência, aos campi localizados em regiões distantes de Florianópolis.



Em cada um desses campi, havia uma coordenação local responsável pelo acompanhamento das atividades e pelo suporte didático-pedagógico aos estudantes e professores, além de uma coordenação geral, ligada à reitoria, que realizava o acompanhamento das atividades. A carga horária era de 420 horas, incluídas nesse total a elaboração da monografia (60 horas). O tempo de duração do curso era de 18 meses, sendo 12 destinados à integralização das unidades curriculares e seis à elaboração da monografia. As aulas ocorriam em encontros presenciais semanais ou quinzenais, de acordo com o cronograma.

O conteúdo programático procurava abordar, de forma integrada, diferentes temas que buscavam provocar reflexões que levassem ao permanente diálogo entre todos os envolvidos com a EJA. Assim, o curso foi estruturado com vistas a integrar teoria e prática por meio de metodologias de trabalho que partissem dos saberes dos estudantes, que na sua maioria já atuavam na educação profissional de jovens e adultos ou eram profissionais que trabalhavam com educação e, portanto, conheciam, mesmo que indiretamente, a proposta do PROEJA. Por isso, o curso foi destinado, principalmente, aos servidores do IFSC e aos profissionais dos sistemas de ensino estadual e municipais que atuavam em cursos de EJA e PROEJA (CEFET, 2006).

Em 2013, o IFSC iniciou nova oferta do curso de Especialização PROEJA, dessa vez na modalidade de educação a distância, financiada pela Universidade Aberta do Brasil – UAB, com o objetivo de consolidar o programa e construir uma política permanente de formação dos profissionais nessa área. Apesar das diferenças nas questões metodológicas, o curso baseou-se nas experiências anteriores, assim como nos resultados da pesquisa de Ribeiro (2012) para elaboração do projeto pedagógico de curso que primou pela integração entre as unidades curriculares. O projeto pedagógico de curso foi baseado na perspectiva inter e transdisciplinar, dinamizada por três módulos que possibilitavam a construção processual do trabalho final de curso, que consiste em um artigo científico, que visavam sistematizar resultados de pesquisa e/ou intervenções. Essa edição foi ofertada em cinco campi do IFSC (São Miguel do Oeste, Lages, Canoinhas, Palhoça e Criciúma), caracterizados como núcleos de educação a distância – NEADs, com 40 estudantes em cada núcleo. A carga horária foi de 480h com duração de 18 meses, sendo seis deles destinados exclusivamente à elaboração final do artigo. O curso foi financiado pela SETEC e visava contribuir para a ampliação das discussões na área, auxiliar na transformação de realidades dos(as) estudantes e difundir o PROEJA (IFSC, 2014).

No ano seguinte iniciaram novas turmas, em polos UAB localizados em diferentes municípios catarinenses, mas nos anos subsequentes (2015 e 2016) não houve oferta desta especialização, retornando novamente somente em 2017. Essa descontinuidade na oferta do curso de especialização PROEJA reflete, assim, que a intenção de consolidar o programa e construir uma política permanente de formação dos profissionais para atuarem no PROEJA não tem se concretizado de forma sistemática e perene.



### 3. Reflexões sobre as ofertas do curso de Especialização PROEJA no IFSC

A Especialização PROEJA é uma possibilidade de formação continuada de professores da rede federal de ensino, tendo em vista que esses profissionais, apesar de possuírem, em sua maioria, cursos de pós-graduação, não possuem formação para a docência. Esses professores, tal como aponta Martins (2011), geralmente possuem ampla qualificação em suas áreas específicas de conhecimento ou áreas profissionais, no entanto, não têm formação para lidar com o complexo processo de ensinar e aprender e, muitas vezes, não sentem necessidade de qualificação na área pedagógica. Tal lógica é fruto, em parte, das políticas de formação de profissionais da EP que têm como pressuposto a supervalorização do conhecimento técnico/especializado em detrimento do conhecimento pedagógico.

Por outro lado, tal como destaca o documento: *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Debate* (BRASIL, 2010, p. 57),

mesmo os professores licenciados carecem de formação com vistas a uma proposta de educação integrada, posto que tiveram sua formação voltada para a atuação no ensino fundamental e no ensino médio de caráter propedêutico, uma vez que as licenciaturas brasileiras, em geral, não contemplam em seus currículos, estudos sobre as relações entre trabalho e educação ou, mais especificamente, sobre educação profissional e suas relações com a educação básica.

Tal constatação remete ao problema da formação inicial de professores que, muitas vezes, nem mesmo oferece subsídios suficientes para o exercício do magistério no ensino regular, muito menos para lidar com a especificidade do PROEJA. A identificação de tal lacuna aponta para a necessidade de formação do professor, entendendo-a como um processo que ocorre na formação inicial, mas também ao longo de todo o exercício profissional.

A pesquisa de Ribeiro (2012), realizada com estudantes dos cursos de Especialização PROEJA do IFSC, trouxe alguns elementos que corroboram com tais afirmações. Os dados apontaram que muitos estudantes do curso já trabalhavam com jovens e adultos, no entanto, não tinham formação para lidar com as especificidades do PROEJA e, vendo-se diante dessa nova proposta, procuravam meios de se capacitar para atuar com essa demanda.

No entanto, muitas são as dificuldades encontradas por esses profissionais para se capacitarem. Nas redes estaduais, e acrescenta-se também, em muitas municipais, boa parte dos professores tem contratos de trabalho temporários e precárias condições salariais. Não raras vezes, esses professores exercem suas atividades docentes em várias escolas, o que dificulta que participem de reuniões e atividades extraclasse. Tais problemas acarretam o não envolvimento mais efetivo e a descontinuidade do trabalho pedagógico. Como alertam Lima Filho e Shiroma (2011), as precárias condições de trabalho dos professores caracterizam-se, dentre outros aspectos, em empecilhos na formação desses profissionais.

Os dados da investigação de Ribeiro (2012) também apontaram essa característica descrita por Lima Filho e Shiroma (2011), pois a maior parte dos estudantes que cursa-



vam a pós-graduação PROEJA no ano de 2010 eram professores das redes municipais e estaduais e possuíam carga de trabalho extenuante, chegando muitas vezes a 60 horas semanais. Portanto, faz-se necessário possibilitar condições propícias aos profissionais para que realizem formação continuada com qualidade. As precárias condições de trabalho e o pouco estímulo à formação continuada nas redes não possibilitam que os profissionais dediquem-se, mesmo que parcialmente, ao estudo e à pesquisa.

Já nas redes federais, parte significativa dos professores é concursada e possui condições salariais relativamente melhores, além de boa infraestrutura física, o que possibilita melhores condições para a realização de suas atividades. No entanto, os cursos do PROEJA, nas redes federais, algumas vezes, têm funcionado com professores substitutos, que não raro, exercem outras atividades, e a docência tende a se configurar como atividade complementar (LIMA FILHO; SHIROMA, 2011).

Ribeiro (2012) constatou também que, dos participantes do curso de especialização PROEJA ofertado em 2010 no IFSC, aproximadamente apenas 25% eram da rede federal, dentre eles, professores e técnicos. Esses dados indicam que se, por um lado, vem ocorrendo maior interesse dos professores das redes municipais e estaduais em se capacitarem para atuar na EJA, por outro, os professores da rede federal, embora encontrem meios facilitados para o ingresso no curso<sup>9</sup>, muitas vezes não demonstram interesse em participar dessa especialização ofertada pelo IFSC.

Mas qual seria o motivo do desinteresse desses professores pelo PROEJA? Acredita-se que, em parte, isso ocorre porque os professores do IFSC, em sua maioria, já possuem especialização, não raro, já possuem mestrado e doutorado e, por isso, não se dispõem a participar de outra especialização, mesmo que em área distinta. Ainda, tal como apontam Lima Filho e Shiroma (2011), o amplo leque de níveis e modalidades ofertados pela Rede Federal de Educação Profissional requer que o professor atue em vários cursos. Além disso, a hierarquia existente entre áreas e cursos acaba orientando as escolhas docentes no interior da escola, fazendo com que, muitas vezes, os professores optem por aqueles cursos que possuem maior prestígio.

Diante desse quadro, os autores questionam, ao se referirem à Rede Federal de Educação Profissional: “qual o reconhecimento atribuído ao professor que trabalha com jovens e adultos nas instituições que se abrem para a pesquisa e a pós-graduação?” (LIMA FILHO; SHIROMA, 2011, p. 736).

As questões aqui levantadas demandam maior investigação no intuito de identificar quais os reais motivos que levam alguns professores do IFSC a não atuarem ativamente nos cursos de PROEJA e a não participarem das formações ofertadas pela instituição, já que o curso de Especialização PROEJA foi pensado, principalmente, para capacitar os profissionais da rede federal de ensino, em função da necessidade de ampliação da oferta de cursos PROEJA nos Institutos Federais.

Essa situação tem suscitado reflexões e, visando incidir sobre esse problema, tem se pensado em estratégias de formação continuada dos profissionais do IFSC que já possuem pós-graduação, mas que necessitam de aprofundamentos teóricos e de estratégias

<sup>9</sup> Nos editais para o ingresso no curso de Especialização PROEJA do IFSC, os critérios de seleção estabelecem uma pontuação mais elevada para os servidores do Instituto Federal de Santa Catarina.



didático-metodológicas para lidar com a especificidade da formação dos jovens e adultos trabalhadores.

Exemplo disso foi o processo de construção coletiva dos projetos de curso PROEJA, no eixo Hospitalidade e Lazer, do campus Florianópolis-Continente, em parceria com o IFSC – campus Florianópolis, a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis e a Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, realizado no período de fevereiro a maio de 2011. A experiência foi construída de forma articulada a um processo de formação dos educadores<sup>10</sup>. Outro exemplo é o curso de PROEJA em Operador de Computador do campus São José que tem reuniões sistemáticas e formações continuadas para os professores durante o desenvolvimento do curso. E, ainda, a experiência do campus Chapecó com o curso PROEJA Técnico de nível médio em Eletromecânica que, apesar dos embates travados na construção do curso, trouxe grandes aprendizados a todos os envolvidos e “permitiu o acúmulo de experiências e práticas pedagógicas” (SILVA, 2014, p. 70)<sup>11</sup>. Além dessas, outras ações vêm sendo desenvolvidas em diversos campi do IFSC, a partir do engajamento de professores e equipes pedagógicas que acreditam na proposta de PROEJA.

Salienta-se que, por se tratar de um curso que possibilita a parceria entre as esferas federal e municipais e/ou estaduais, é de fundamental importância a participação, no curso de especialização PROEJA, de profissionais de outras redes de ensino, além dos vinculados ao IFSC. Essa parceria torna-se ainda mais necessária tendo em vista que, em diversos campi do IFSC, por terem basicamente a oferta voltada aos cursos técnicos subsequentes<sup>12</sup>, não têm em seu quadro, docentes formados nas diversas áreas do conhecimento, o que impossibilita a oferta de formação integrada, dentro do próprio instituto. Daí a importância das parcerias e, principalmente, do envolvimento de todos os interlocutores que atuam nos cursos PROEJA. Destaca-se ainda que tais parcerias possibilitam um debate mais profícuo no campo da EJA e da EP, visto que tanto a rede federal quanto as redes estadual e municipais possuem experiência acumulada nessas áreas. A primeira em EP e as demais na EJA e, portanto, do diálogo entre essas duas esferas poderá surgir reflexões aprofundadas, tanto em termos teóricos quanto de práticas pedagógicas.

Destaca-se, ainda, que a formação não pode estar voltada somente para os professores, pois no ambiente educacional os processos educativos não estão restritos à intervenção dos professores, mas sim, de todos os demais profissionais que compõem esse espaço. Portanto, faz-se necessário envolver, nas formações e na elaboração de propostas para o PROEJA, além de docentes, equipes pedagógicas e gestores, pois são esses últimos que, muitas vezes, definem os rumos da instituição e, por isso, não podem se furtar ao compromisso dessa responsabilidade. Nesse sentido, torna-se urgente, por parte desses profissionais, o envolvimento e o acompanhamento sistemático das questões relativas ao PROEJA.

Apesar de haver a indicação da maioria dos participantes da pesquisa de Ribeiro (2012) de que o quadro de professores da Especialização PROEJA ofertada em 2010

10 Para maior compreensão desse processo, ver Silva e Silva (2012).

11 Para maior compreensão da experiência do campus Chapecó, ver Silva (2014).

12 Os cursos técnicos subsequentes, ofertados pelo IFSC, são destinados àqueles que já concluíram o ensino médio.



apresentava bom nível de conhecimentos, algumas colocações pontuais ressaltaram a necessidade de rever aspectos de ordem metodológica, as quais suscitam reflexões sobre os elementos de natureza pedagógica e metodológica a especialização PROEJA. As questões levantadas pelos estudantes demonstraram algumas fragilidades que precisavam ser enfrentadas para que, de fato, se consiga desenvolver metodologias adequadas e condizentes com as necessidades de formação de educadores para atuar no PROEJA.

Acredita-se que o espaço de formação de educadores seja um caminho possível para avançar nessa construção coletiva. As experiências trazidas pelos profissionais que atuam na EJA podem enriquecer esses momentos de formação. Compartilha-se, também, da concepção de Giovanetti (2007) que, ao analisar a formação no contexto da EJA, aponta que, ao se pensar em projetos de formação de educadores de jovens e adultos, duas dimensões devem ser consideradas: a dimensão prática, que se refere ao fazer, ou seja, a intervenção profissional em si; e a dimensão teórica, que é a reflexão sobre a prática e a partir dela. Assim, ação e reflexão devem compor o cenário da práxis profissional do educador. Todavia, a essas duas dimensões Giovanetti (2007) acrescenta uma terceira, que é a explicitação da intencionalidade que orienta ambas, ou seja, a práxis pedagógica compreendida como um ato político.

Outro ponto identificado na pesquisa foi a necessidade de maior integração entre as unidades curriculares, o que pode ser sintetizado na fala de um dos entrevistados da pesquisa: “ficou claro que os professores do curso não dialogavam entre si. O curso ficou ‘fatiado’, sem integração, ele foi disciplinar, o que ocasionou repetição de muitas coisas”. Essa questão remete à necessidade de encontros e reuniões presenciais entre os professores que atuam no curso, a fim de discutirem e buscarem estratégias de integração das unidades curriculares.

Apesar de essa questão ter sido considerada na construção do Projeto Pedagógico da edição do Curso de 2013, a integração entre as unidades curriculares ainda se mostrou uma barreira que não foi ultrapassada na prática. O foco, muitas vezes, recaiu apenas na EJA ou na EP, tendência bastante comum. Se os cursos de PROEJA ofertados pelo IFSC têm como fundamento a integração curricular, como se pode promovê-la, se a própria formação para atuação nesses cursos se apresenta de forma fragmentada?

Compreende-se que tal dificuldade é decorrente da pouca experiência acumulada na proposta do PROEJA, pois, por ser esse um campo ainda em construção, carece de fundamentos tanto em termos conceituais quanto metodológicos (GIOVANETTI, 2007). A falta de tempo dos professores formadores para se dedicarem ao curso, além das horas reservadas para as aulas, é outro fator que merece destaque, pois dificultou a realização de encontros periódicos para planejamento, avaliações, conselhos de classe, enfim, para a discussão e construção coletiva da especialização. Como pensar em projetos de formação de educadores para o PROEJA, que contemplem as dimensões prática e teórica (GIOVANETTI, 2007), bem como o desenvolvimento de pesquisas, no âmbito desse programa, diante de tais condições?

Os dados apresentados por Ribeiro (2012) serviram para reafirmar a defesa pela oferta de tal especialização visando a fortalecer o PROEJA e efetivar a tão desejada integração curricular. Vale ressaltar, porém, a necessidade de uma política pública destinada à



efetivação dos profissionais que trabalham com a EJA nas redes municipais e estaduais e até mesmo da rede federal, evitando-se, assim, a rotatividade de profissionais que atuam na EJA e no PROEJA.

Tendo em vista tais dificuldades, fez-se necessário repensar a estrutura do curso de Especialização no IFSC. Conforme já comentado, a especialização PROEJA ofertada a partir de 2013, buscando sanar essas dificuldades, baseou-se em uma perspectiva inter e transdisciplinar, com projetos de pesquisa e/ou intervenção desenvolvidos desde o início do curso, subsidiadas pelas unidades curriculares. Almejava-se, dessa forma, minimizar as dificuldades dos estudantes na elaboração dos trabalhos de conclusão do curso, além de possibilitar o diálogo entre as diferentes temáticas.

Contudo, como o curso foi ofertado na modalidade a distância e os professores formadores não trabalhavam dentro da sua carga horária, nas atividades da especialização, mas sim, recebiam bolsas para a realização das atividades e tinham carga horária reduzida para desenvolvê-las, impossibilitavam-se as reuniões sistemáticas com todos os professores e a coordenação pedagógica, dificultando a integração das unidades curriculares e a efetivação da proposta pedagógica do curso. A organização de um curso inter ou transdisciplinar, ainda se constitui, portanto, em um desafio no IFSC. Cabe destacar que o fato de o curso ser realizado a distância foi uma definição prévia da SETEC-MEC e não uma opção da instituição a partir das experiências anteriores.

Ressalta-se, ainda, a importância do estabelecimento de vínculo entre professores formadores com a especialização, além de tempo para se dedicarem à construção coletiva dessa proposta de educação. Uma possibilidade seria tornar esse curso uma oferta regular no IFSC, intenção essa também manifestada pela própria Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC-MEC, ao propor, em 2010, que os institutos federais assumissem a responsabilidade pela formação de educadores do PROEJA. No entanto, essa é uma política ainda não assumida pelo IFSC, pois mesmo com um novo curso de especialização PROEJA, previsto para 2017, a oferta continua condicionada ao recebimento de recursos do MEC.

Entende-se que a criação de uma cultura de valorização desses cursos requer uma política efetiva por parte dos gestores e de compromisso de todos os profissionais para a consolidação desse programa, tanto em âmbito interno (IFSC) quanto em âmbito nacional (diretrizes do MEC). Requer a constituição de espaços de discussão coletiva sobre o PROEJA na instituição, tempo e condições para estudo e reuniões, envolvimento e compromisso de todos os profissionais e, sobretudo, compromisso político do governo com a consolidação do PROEJA.

Além das formações continuadas desenvolvidas em diferentes campi, na busca pela criação de uma cultura de valorização institucional do PROEJA, o IFSC tem desenvolvido algumas ações, como a criação, em 2012, de uma coordenação específica de PROEJA na instituição. Outra ação foi a idealização e o lançamento da Revista *EJA em Debate*, também em 2012, que tem como objetivo, fomentar e ampliar o desenvolvimento de pesquisas na área. Iniciativas tais como os Fóruns e Seminários sobre a temática realizados pela instituição também têm despertado interesse de profissionais pelo PROEJA. Em 2013, foi criada também a Coordenação de Reconhecimento de Saberes Profissionais, que deu origem à Comissão de Integração dos Programas Sociais do IFSC – CIPS,



na Pró-Reitoria de Ensino, que propõe, dentre outras ações, a integração entre PROEJA e CERTIFIC<sup>13</sup>. Entende-se que tais ações se constituem como uma conjugação de esforços para a gradativa efetivação do PROEJA dentro do IFSC.

#### 4. Considerações Finais

A formação de profissionais para atuar no PROEJA é um campo ainda em construção, em decorrência, em parte, das políticas incipientes de formação de profissionais para atuar nesses cursos e das concepções que permearam o contexto histórico da EP e da EJA. A primeira atrelada a objetivos utilitaristas e pragmáticos e voltados à empregabilidade; a segunda, caracterizada, nas políticas do governo, como uma educação aligeirada e de caráter compensatório.

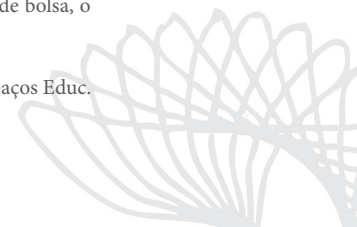
O PROEJA, por ser um campo peculiar de formação, em que se busca a integração da EP com a educação básica, exige que se implantem e implementem ações voltadas à formação de docentes, equipes pedagógicas e gestores, e que estejam amparadas e comprometidas com a formação do estudante jovem e adulto trabalhador.

Como já destacado, uma das ações postas em prática pela SETEC/MEC e implementada em diversos Institutos Federais engajados na formação de educadores e na oferta de curso PROEJA foi o curso de Especialização PROEJA. Esse curso, nas ofertas que ocorreram no IFSC e na que iniciou em 2017 na instituição, buscam atender a necessidade de formação continuada de profissionais para atuar no programa. No entanto, muito ainda necessita avançar para atingir tal objetivo e um longo caminho precisa ser percorrido até que se consolide como uma oferta efetiva nos Institutos Federais. Como já destacado, todas as ofertas da especialização PROEJA no IFSC, inclusive a prevista para 2017, ainda são condicionadas a recursos da SETEC-MEC e UAB, não sendo adotadas como uma oferta regular institucional, dificultando a consolidação desse programa na instituição.

Os dados da pesquisa de Ribeiro (2012) apontaram aspectos a serem revistos nessas especializações, os quais foram considerados na elaboração do projeto de curso que teve início em 2013, na modalidade a distância, como a necessidade de integração entre as unidades curriculares e a ênfase no PROEJA. Contudo, esses desafios ainda permanecem, pois, mesmo com a previsão dessas questões na proposta pedagógica do curso de 2013, ainda não se conseguiu superar esses desafios. Essas questões estão relacionadas, em parte, ao vínculo dos professores da especialização com a instituição: professores que não dispõem de tempo para se dedicar ao curso e, em alguns casos, não possuem experiência na temática do PROEJA, assim como a falta de condições propícias aos docentes para atuarem nesse curso de formação, a exemplo da não previsão de carga horária destinada para encontros e para o desenvolvimento de pesquisas.<sup>14</sup> Acredita-se

13 CERTIFIC – Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – é uma política pública de inclusão social que tem como finalidade reconhecer e certificar os saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem de trabalhadores jovens e adultos.

14 A mudança na forma de oferta de curso, de presencial para educação a distância, criou, a nosso ver, maiores entraves ao envolvimento dos professores com o curso, já que o contrato é em caráter temporário, com recebimento de bolsa, o que torna o trabalho pedagógico precarizado.



que esses entraves têm dificultado, muitas vezes, a construção coletiva de um projeto de formação que oriente o processo educacional do PROEJA no IFSC.

Concorda-se com Machado e Oliveira (2011), quando afirmam que propor a transformação do PROEJA em política pública perene significa requerer condições concretas para a formação continuada de educadores, para a pesquisa e para a produção e divulgação de novos conhecimentos da área. Desse modo, sair-se-ia do campo da retórica e instaurar-se-iam novas práticas de atendimento ao adulto e jovem trabalhador.

Compreende-se que a integração entre EP, ensino básico e EJA traz grandes desafios para a instituição e para os profissionais da educação, principalmente na construção e implementação de um projeto político pedagógico que integre esses três campos distintos de educação. Mas esse projeto poderá ter resultados efetivos, se perdurar por longo prazo, com oferta contínua, encarado como prioridade política e orçamentária e, sobretudo, se a instituição e os profissionais demonstrarem compromisso com a formação de jovens e adultos trabalhadores que, historicamente, foram excluídos da escola.

No entanto, ressalta-se que essa proposta deve estar articulada a um projeto político e econômico mais amplo; um projeto de desenvolvimento econômico e social que considere o movimento das classes sociais, com vistas à superação da dicotomia entre o pensar e o fazer, que está no bojo das lutas de classes de nosso sistema. Tais questões não podem ser dissociadas dos processos formativos, que devem buscar uma formação politécnica e omnilateral. Faz-se necessário, ainda, envolver as instituições parceiras nesse compromisso com a EJA e o PROEJA, possibilitando que os profissionais que nelas atuam possam se dedicar à formação continuada com qualidade.

Por fim, entende-se que a avaliação dos cursos de formação de profissionais para atuar no PROEJA, seja no formato de especialização, seja com outra estrutura, deve caracterizar-se como um processo ininterrupto, em que se possibilite verificar avanços e possibilidades de aprimoramento. Para tanto, faz-se necessário compreender a percepção dos estudantes/educadores sobre seu processo de formação. Acredita-se que tal iniciativa pode trazer novas perspectivas para o campo da educação de jovens e adultos trabalhadores, possibilitando processos de formação e práticas pedagógicas que coadunem com os objetivos dos protagonistas dessas práticas educativas.

### *Referências bibliográficas*

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidades públicas. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino. **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Decreto nº. 5.478**, de 24 de junho de 2005. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Brasília, 2005.



\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Decreto nº. 5.840**, de 13 de julho de 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**. Educação Profissional Técnica de Nível Médio – Ensino Médio. Documento Base. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**. Formação Inicial e Continuada – Ensino Fundamental. Documento Base. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Câmara de Educação Superior. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 8 de junho de 2007**. Estabelece as normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº3, 15/6/2010**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Debate**. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/ SASE), 2014.

\_\_\_\_\_. **Observatório do PNE**. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metaspne/10-eja-integrada-a-educacao-profissional>>. Acesso em: 25 dez. 2106.

FRIGOTTO, Gaudêncio. É falsa a concepção de que o trabalho dignifica o homem. Entrevista. **Comunicação**, Belém, 7 de agosto de 1980.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. 2005. Disponível em: <[redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/.../1392215839\\_O%20TRABALHO%20COMO%20...](http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/.../1392215839_O%20TRABALHO%20COMO%20...)>. Acesso em maio 2018.

GIOVANETTI, Maria Amélia G. C. A formação de educadores de EJA: o legado da educação popular. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (orgs.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

IFSC. Relatório do Curso de Especialização PROEJA 3ª edição 2008/2009. **Trabalho docente na educação profissional e tecnológica e no PROEJA**. Florianópolis: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, 2009.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC – PDI 2015-2019**. Florianópolis: IFSC, 2013.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**. Florianópolis: IFSC, 2013.

\_\_\_\_\_. **Guia do Docente da Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**. Florianópolis: IFSC, 2014.



LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes; SIQUEIRA JUNIOR, Antonio. **Cursos Técnicos do Programa Nacional de integração da Educação Profissional (PROEJA) Sistema e-Tec Brasil**. Florianópolis: Núcleo de Publicação do CED, 2011. Disponível em <<http://www.etec.ufsc.br/file.php/1/cr/PROEJA/proeja.html>>. Acesso em outubro de 2017.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes; SALES, Márcia. Castilho. ; SOUZA, Jandira Pereira. **PROEJA na Rede E-TEC Brasil: dimensões curriculares**. 1. ed. Florianópolis: Núcleo de Publicações do CED/UFSC, 2015. v. 500. 132p . Disponível em: [http://www.etec.ufsc.br/file.php/1/etec/assets/5\\_proeja.pdf](http://www.etec.ufsc.br/file.php/1/etec/assets/5_proeja.pdf) Acesso em 29 maio 2018.

LIMA FILHO, Domingos Leite. O PROEJA em construção: enfrentando desafios políticos e pedagógicos. **Educação e Realidade**. Porto Alegre – RS, v. 35, n. 1, jan./abr, 2010.

LIMA FILHO, Domingos Leite; SHIROMA, Eneida Oto. Trabalho docente na educação profissional e tecnológica e no PROEJA. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, jul-set., 2011.

MACHADO, Maria Margarida; OLIVEIRA, Edna Castro de. **O desafio do PROEJA como estratégia de formação dos trabalhadores**. In: XXV Simpósio Brasileiro II Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação e Jubileu de Ouro da ANPAE (1961-2011), 2011, São Paulo. Políticas públicas e Gestão da educação: construção histórica, debates contemporâneos e novas perspectivas. São Paulo: Cadernos ANPAE, 2011.

MACHADO, Maria Margarida; OLIVEIRA, João Ferreira de. A educação de jovens e adultos integrada à educação profissional: embates, experiências e perspectivas de um campo em construção. In: MACHADO, Maria Margarida; OLIVEIRA, João Ferreira de. **A formação integrada do trabalhador: desafios de um campo em construção**. São Paulo: Xamã, 2010.

MARTINS, Letícia. **Trajetórias de Constituição da Docência na Educação Profissional**. Dissertação (Mestrado em Educação). São Paulo: UNICAMP, 2011.

RAMOS, Marise Nogueira. . Currículo Integrado. In: Isabel Brasil Pereira e Júlio César França Lima. (Org.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2ªed. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009, v. 1, p. 114-124. Disponível em <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/Dicionario2.pdf>> Acesso em outubro de 2017.

RAMOS, Marise Nogueira. Implicações políticas e pedagógicas da EJA integrada à Educação Profissional. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n.1, 2010.

RIBEIRO, Ivanir. **Especialização PROEJA no IF-SC: limites e possibilidades na formação de educadores**. IFSC: Florianópolis, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politécnica**. Rio de Janeiro: EPSJV/ Fiocruz, 1989.

\_\_\_\_\_. O choque teórico da politécnica. **Educação, trabalho e saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, v.1, n.1, p. 131-152, 2003.

SILVA, Adriano Larentes da; SILVA, Ângela. O PROEJA no IFSC, Câmpus Florianópolis-Continente: reflexões sobre uma construção coletiva. **Revista EJA em Debate**. Florianópolis, vol. 1, n. 1, nov. 2012.

SILVA, Adriano Larentes da. Memórias do PROEJA: revisitando o processo de implantação do Curso de Eletromecânica do IFSC, Câmpus Chapecó. **Revista EJA em Debate**. Florianópolis, Ano 3, n. 5, Dez. 2014.

## *Sobre os autores*

### *Ivanir Ribeiro*

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, na Linha de Pesquisa: Ensino e Formação de Educadores, mestre em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina e graduada e Licenciada em Psicologia pela Universidade do Vale do Itajaí. Psicóloga educacional do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, campus Florianópolis-Continente. Membro integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos – EPEJA e do Núcleo de Estudos em Educação Profissional e Tecnológica e avaliadora da Revista EJA em Debate. Tem experiência na área de educação, com ênfase em processos de ensino-aprendizagem e educação de jovens e adultos.

### *Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin*

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006). Coordena o projeto de pesquisa Fundamentos e autores recorrentes do campo da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. É professora da Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-doutora pela Universidade do Estado da Bahia. Pesquisa a Educação de Jovens e Adultos e seus elementos constitutivos: sujeitos, escolarização, políticas públicas e formação de professores. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em EJA - EPEJA.

### *Paula Alves de Aguiar*

Doutora em Educação, pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012), mestre em Educação pela mesma universidade e graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina. É professora do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC campus São José, onde trabalha no curso de Licenciatura em Química nas disciplinas pedagógicas e nas práticas de estágio. É uma das líderes do Grupo de Estudos e Pesquisa Identidade e Formação Docente - GRIFO. É membro do Grupo de Pesquisa Gerações: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre os Sujeitos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Tem experiência e atua na área de educação, com ênfase em práticas pedagógicas, formação de professores e educação de jovens e adultos.



